



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N.º001/2024

Chamada Pública nº 001/2024, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural **conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE.**

A **Prefeitura Municipal Perobal**, pessoa jurídica de direito público, com sede à **Rua Guassatonga, 895**, jardim independência, CEP 87538-000, Perobal-Pr, inscrita no CNPJ sob n.º01.612.444/0001-40, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor Almir de Almeida, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, através da **Secretaria Municipal de Educação**, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae, durante o período de **25/03/2024 à 30/11/2024**. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda a partir do período de **25/03/2024**, às 09:00 horas, na sede da Secretaria de Municipal de Educação, localizada á na Rua Projetada "A" n.º 746, Jardim Imperial

1. OBJETO

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

				*Preço de Aquisição (R\$)	
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Unitário	VALOR TOTAL
01	4.000 Kg	Kg	Laranja	R\$ 3,50	R\$ 14.000,00
02	400 Kg	Kg	Uva	R\$ 6,00	R\$ 2.400,00
03	700 Kg	Kg	Morango	R\$ 15,00	R\$ 10.500,00
04	1.500 Kg	Kg	Goiaba	R\$ 5,00	R\$ 7.500,00
05	1.400 Kg	Kg	Banana maçã	R\$ 5,00	R\$ 7.000,00
06	2.000 Kg	Kg	Poncã	R\$ 4,50	R\$ 9.000,00
07	500 Kg	Kg	Tomate cereja	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00
08	1.000 Kg	Kg	Mandioca	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00
09	400 Kg	Kg	Quiabo	R\$ 7,00	R\$ 2.800,00
10	1500 Kg	Kg	Alface	R\$ 10,00	R\$ 15.000,00
11	500 Kg	Kg	Repolho	R\$ 4,00	R\$2.000,00
12	300 Kg	Kg	Pepino	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
13	100 Kg	Kg	Cebolinha	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
14	150 Kg	Kg	Brócolis	R\$ 10,00	R\$ 1.500,00
15	200 Kg	Kg	Cenoura	R\$ 4,00	R\$ 800,00



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

16	200 Kg	Kg	Beterraba	R\$ 4,00	R\$ 800,00
17	500 Kg	Kg	Milho verde	R\$ 9,00	R\$ 4.500,00
18	300 Kg	Kg	Couve	R\$ 10,00	R\$ 3.000,00
19	100 Kg	Kg	Salsinha	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
20	400 Kg	Kg	Chuchu	R\$ 3,00	R\$ 1.200,00
21	200 Kg	Kg	Abobrinha	R\$ 3,00	R\$ 600,00
22	1000 Kg	Kg	Caqui	R\$ 6,00	R\$ 6.000,00
23	100 Kg	Kg	Couve-flor	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
24	700 Kg	Kg	Pão caseiro salgado	R\$ 14,00	R\$ 9.800,00
25	700 Kg	Kg	Pão caseiro doce	R\$ 15,00	R\$ 10.500,00
26	100 Kg	Kg	Colorau	R\$ 48,00	R\$ 4.800,00
27	100 Kg	Kg	Rabanete	R\$ 5,00	R\$ 500,00
28	500 Kg	Kg	Almeirão	R\$ 10,00	R\$ 5.000,00
29	100 Kg	Kg	Vagem	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
30	100 Kg	Kg	Batata doce	R\$ 5,00	R\$ 500,00
31	250 Kg	Kg	Polpa de fruta	R\$ 12,00	R\$ 3.000,00
32	200 KG	Kg	Pimentão	R\$ 7,00	R\$ 1.400,00
				TOTAL	R\$ 138.700,00

*Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar. (Resolução FNDE 06 de 08 de maio de 2020).

2. FONTE DE RECURSO

O pagamento será efetuado através da seguinte dotação orçamentária:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

06.002.12.361.1450.2041 Manutenção da Merenda Escolar

182 3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Fonte: 111

3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Capítulo V da Resolução FNDE que dispõe sobre o PNAE.

ENVELOPE Nº 001 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).

O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL.

O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

de inabilitação:

- I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e
- V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;
- VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- VII - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
- VIII - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas.

4. ENVELOPE Nº 02 – PROJETO DE VENDA

No **Envelope nº 02** os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o **Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar** conforme **Anexo I**.

A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado em até 02(dois) dias após o prazo da publicação da relação dos proponentes e no prazo de 05 (cinco) dias o(s) selecionado(s) será(ão) convocado(s) para assinatura do(s) contrato(s).

O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 30 da Resolução do FNDE que dispõe sobre o PNAE.

Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 (cinco) dias, conforme análise da Comissão Julgadora.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- I – o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;
- II – o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;
- III – o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;
- IV – o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);

b) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 2º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).

II – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III – os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 2º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

5.4 Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.

6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

Não sera exigida amostra devido ter conhecimento dos produtores locais e a produção dos alimentos serem de qualidade.

7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma abaixo:

Produtos	Quantidade	Local da entrega	Periodicidade de entrega (semanal quinzenal)
Laranja	4.000 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Uva	400 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Morango	700 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Goiaba	1.500 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Banana maçã	1.400 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Poncã	2.000 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Tomate cereja	500 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Mandioca	1000 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Quiabo	400 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Alface	1500 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Repolho	500 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Pepino	300 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Cebolinha	100 Kg	Secretaria Educação	Semanal



MUNICÍPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

Brócolis	150 Kg	Secretaria Educação	Mensal
Cenoura	200 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Beterraba	200 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Milho verde	500 Kg	Secretaria Educação	Mensal
Couve	300 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Salsinha	100 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Chuchu	400 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Abobrinha	200 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Caqui	1000 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Couve-flor	100 Kg	Secretaria Educação	Mensal
Pão caseiro	1400 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Colorau	100 Kg	Secretaria Educação	Mensal
Rabanete	100 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Almeirão	500 Kg	Secretaria Educação	Semanal
Batata doce	100 Kg	Secretaria Educação	Mensal
Polpa de fruta	250 Kg	Secretaria Educação	Mensal
Vagem	100 Kg	Secretaria Educação	Quinzenal
Pimentão	200 Kg	Secretaria Educação	Semanal

CRONOGRAMA DESCREVENDO POR MÊS, OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A QUANTIDADE TOTAL E A QUANTIDADE NECESSÁRIA POR ENTREGA COM SUAS DATAS (DIAS DO MÊS).

MARÇO 2024

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Março	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	100 Kg	05,12,19,26
Goiaba	150 Kg	75 Kg	12,26
Banana	140 Kg	70 Kg	05,19
Tomate	50 KG	12,5 Kg	05,12,19,26
Mandioca	150 Kg	25 Kg	05,12,19,26
Alface	150 Kg	30 Kg	05,12,19,26
Almeirão	50 kg	25 kg	12,26
Pepino	150 Kg	75 Kg	05,19
Cebolinha	10 Kg	2,5 Kg	05,12,19,26
Milho verde	50 Kg	50 Kg	12
Salsinha	10 Kg	2,5 Kg	05,12,19,26
Caqui	333,33 kg	166,66 kg	12,26
Pão caseiro	130 kg	32,5 kg	05,12,19,26
Colorau	10 kg	10 kg	12



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

Batata doce	25 kg	25 kg	26
Polpa fruta	50 kg	50 kg	26
Pimentão	20 Kg	4 Kg	05,12,19,26

ABRIL 2024

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Abril	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	100 Kg	02,09,16,23
Goiaba	150 Kg	75 Kg	09,23
Banana	140 Kg	70 Kg	02,16
Poncã	500 Kg	125 Kg	02,09,16,23
Tomate	50 KG	12,5 Kg	02,09,16,23
Mandioca	100 Kg	25 Kg	02,09,16,23
Alface	150 Kg	37,50 Kg	02,09,16,23
Almeirão	50 kg	25 kg	09,23
Pepino	150 Kg	75 Kg	02,16
Cebolinha	10 Kg	2,5 Kg	02,09,16,23
Milho verde	50 Kg	50 Kg	09
Salsinha	10 Kg	2,5 Kg	02,09,16,23
Caqui	333,33 kg	166,66 kg	09,23
Pão caseiro	130 kg	32,5 kg	02,09,16,23
Colorau	10 kg	10 kg	09
Batata doce	25 kg	25 kg	23
Polpa fruta	50 kg	50 kg	23
Pimentão	20 Kg	5 Kg	02,09,16,23

MAIO 2024

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Maio	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	100 Kg	07,14,21,28
Goiaba	150 Kg	75 Kg	14,28
Banana	140 Kg	70 Kg	07,14
Poncã	500 Kg	125 Kg	07,14,21,28
Tomate	50 KG	12,5 Kg	07,21
Mandioca	150 Kg	25 Kg	07,14,21,28
Quiabo	400 Kg	66,66 Kg	07,21
Alface	150 Kg	37,5 Kg	07,14,21,28
Almeirão	50 kg	25 kg	07,21
Rabanete	50 kg	25 kg	14,28



MUNICÍPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

Cebolinha	10 Kg	2,5 Kg	07,14,21,28
Salsinha	10 Kg	2,5 Kg	07,14,21,28
Cenoura	66,66kg	16,66kg	07,14,21,28
Beterraba	66,66kg	16,66kg	07,14,21,28
Chuchu	133,33kg	33,33kg	07,14,21,28
Abobrinha	66,66kg	16,66kg	07,14,21,28
Couve-flor	14,28kg	14,28kg	14
Caqui	333,33 kg	166,66 kg	21
Pão caseiro	130 kg	32,5 kg	07,14,21,28
Colorau	10 kg	2,5 kg	14
Batata doce	25 kg	25 kg	28
Polpa fruta	50 kg	50 kg	07
Pimentão	20 Kg	5 Kg	07,14,21,28

JUNHO 2024

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Junho	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	100 Kg	04,11,18,25
Goiaba	150 Kg	75 Kg	04,18
Morango	175 kg	87,5kg	11,25
Banana	140 Kg	70 Kg	04,18
Poncã	500 Kg	125 Kg	04,11,18,25
Tomate	50 KG	12,5 Kg	04,11,18,25
Mandioca	150 Kg	30 Kg	04,11,18,25
Quiabo	400 Kg	66,66 Kg	04,18
Alface	150 Kg	30 Kg	04,11,18,25
Almeirão	50 kg	25 kg	04,18
Rabanete	50 kg	25 kg	11,25
Cebolinha	10 Kg	2,5 Kg	04,11,18,25
Salsinha	10 Kg	2,5 Kg	04,11,18,25
Cenoura	66,66kg	13,33kg	04,11,18,25
Beterraba	66,66kg	13,33kg	04,11,18,25
Chuchu	133,33kg	26,66kg	04,11,18,25
Abobrinha	66,66kg	13,33kg	04,11,18,25
Couve-flor	14,28kg	14,28kg	11
Pão caseiro	130 kg	32,5 kg	04,11,18,25
Colorau	10 kg	10 kg	11
Batata doce	25 kg	25 kg	18
Polpa fruta	50 kg	50 kg	25
Pimentão	20 Kg	4 Kg	04,11,18,25



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

JULHO 2024

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Julho	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	200 Kg	02,30
Goiaba	150 Kg	150 Kg	02
Morango	175 kg	87,5kg	02,30
Banana	140 Kg	70 Kg	02,30
Poncã	500 kg	250 kg	02,30
Tomate	50 KG	12,5 Kg	02,30
Mandioca	100 Kg	50 Kg	02,30
Quiabo	400 Kg	66,66 Kg	02,30
Alface	150 Kg	75 Kg	02,30
Almeirão	50 kg	50 kg	02,30
Brócolis	25 kg	50 kg	02
Cebolinha	10 Kg	5 Kg	02,30
Salsinha	10 Kg	5 Kg	02,30
Acelga	33,33kg	33,33kg	30
Cenoura	66,66kg	33,33kg	02,30
Beterraba	66,66kg	33,33kg	02,30
Chuchu	133,33kg	33,33kg	02,30
Abobrinha	66,66kg	66,66kg	02,30
Couve-flor	14,28kg	14,28kg	30
Pão caseiro	130 kg	65 kg	02,30
Colorau	10 kg	10 kg	02,30
Polpa fruta	50 kg	50 kg	02
Pimentão	20 Kg	10 Kg	02,30

AGOSTO 2024

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Agosto	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	100 Kg	06,13,20,27
Goiaba	150 Kg	75 Kg	06,20
Morango	175 kg	87,5kg	06,20
Banana	140 Kg	70 Kg	13,27
Tomate	50 KG	12,5 Kg	06,13,20,27
Mandioca	100 Kg	25 Kg	06,13,20,27
Quiabo	400 Kg	66,66 Kg	13,27
Alface	150 Kg	37,5 Kg	06,13,20,27



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

Almeirão	50 kg	25 kg	06,20
Brócolis	25 kg	25 kg	27
Cebolinha	10 Kg	2,5 Kg	06,13,20,27
Salsinha	10 Kg	2,5 Kg	06,13,20,27
Couve-flor	14,28kg	14,28kg	06
Pão caseiro	130 kg	32,5 kg	06,13,20,27
Colorau	10 kg	10 kg	27
Polpa fruta	50 kg	50 kg	06
Pimentão	20 Kg	5 Kg	06,13,20,27

SETEMBRO 2024

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Setembro	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	100 Kg	03,10,17,24
Goiaba	150 Kg	75 Kg	10,24
Morango	175 kg	87,5kg	03,17
Banana	140 Kg	70 Kg	10,24
Tomate	50 KG	12,5 Kg	03,10,17,24
Mandioca	100 Kg	25 Kg	03,17
Quiabo	400 Kg	66,66 Kg	10,24
Alface	150 Kg	30 Kg	03,10,17,24
Almeirão	50 kg	25 kg	10,24
Brócolis	25 kg	25 kg	03
Cebolinha	10 Kg	2,5 Kg	03,10,17,24
Salsinha	10 Kg	2,5 Kg	03,10,17,24
Repolho	125kg	31,5kg	03,10,17,24
Couve	75kg	37,5kg	03,17
Couve-flor	14,28kg	14,28kg	17
Pão caseiro	130 kg	32,5 kg	03,10,17,24
Colorau	10 kg	10 kg	17
Polpa fruta	50 kg	50 kg	24
Pimentão	20 Kg	4 Kg	03,10,17,24

OUTUBRO 2024

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Outubro	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	80 Kg	01,08,15,22,29
Goiaba	150 Kg	75 Kg	08,22
Banana	140 Kg	70 Kg	15,29
Tomate	50 KG	12,5 Kg	01,08,15,22,29



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

Mandioca	100 Kg	20 Kg	01,08,15,22,29
Quiabo	400 Kg	66,66 Kg	08,22
Alface	150 Kg	50 Kg	01,08,15,22,29
Almeirão	50 kg	25 kg	15,29
Brócolis	25 kg	25 kg	22
Cebolinha	10 Kg	2 Kg	01,08,15,22,29
Salsinha	10 Kg	2 Kg	01,08,15,22,29
Repolho	125kg	25kg	01,08,15,22,29
Couve	75kg	37,5kg	08,22
Couve-flor	14,28kg	14,28kg	15
Uva	133,33kg	66,66kg	15,29
Pão caseiro	130 kg	32,5 kg	01,08,15,22,29
Colorau	10 kg	10 kg	22
Polpa fruta	50 kg	50 kg	29
Pimentão	20 Kg	4 Kg	01,08,15,22,29

NOVEMBRO 2024

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Novembro	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	100 Kg	05,12,19,26
Goiaba	150 Kg	75 Kg	05,19
Banana	140 Kg	70 Kg	12,26
Tomate	50 KG	12,5 Kg	05,12,19,26
Mandioca	100 Kg	25 Kg	05,12,19,26
Alface	150 Kg	37,5 Kg	05,12,19,26
Almeirão	50 kg	25 kg	05,19
Brócolis	25 kg	25 kg	26
Cebolinha	10 Kg	2,5 Kg	05,12,19,26
Salsinha	10 Kg	2,5 Kg	05,12,19,26
Repolho	125 kg	31,25kg	05,12,19,26
Couve	75 kg	37,5kg	05,26
Couve-flor	14,28kg	14,28kg	26
Uva	133,33kg	66,66kg	12,26
Pão caseiro	130 kg	32,5 kg	05,12,19,26
Colorau	10 kg	10 kg	05
Polpa fruta	50 kg	50 kg	26
Pimentão	20 Kg	5 Kg	05,12,19,26

DEZEMBRO 2024



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

Gênero Alimentar	Quantidade total a ser entregue em Dezembro	Quantidade por entrega	Datas de entrega (dia do mês)
Laranja	400 Kg	200 Kg	03,10
Goiaba	150 Kg	75 Kg	03,10
Banana	140 Kg	70 Kg	03,10
Tomate	50 KG	25 Kg	03,10
Mandioca	100 Kg	50 Kg	03,10
Alface	150 Kg	50 Kg	03,10
Almeirão	50 kg	25 kg	03,10
Brócolis	25 kg	25 kg	03
Cebolinha	10 Kg	5Kg	03,10
Salsinha	10 Kg	5 Kg	03,10
Repolho	125 kg	62,5kg	03,10
Couve	75 kg	37,5kg	03,10
Uva	133,33 kg	66,66 kg	03,10
Pão caseiro	130 kg	65 kg	03,10
Colorau	10 kg	10 kg	03
Polpa fruta	50 kg	50 kg	10
Pimentão	20 Kg	10 Kg	03,10

8. PAGAMENTO

O pagamento será realizado até 10º(décimo dias após a última entrega do mês, através de transferência bancária em conta em nome do fornecedor, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida nos seguintes locais na sede da Secretaria Municipal de Educação do Município de Perobal, localizada na Rua Projetada "A", 746, Jardim Imperial, Perobal – PR, e na sede da Prefeitura Municipal de Perobal, localizada na Rua Guassatonga, 895, Jardim Independência, Perobal – PR, estando ainda disponível no site www.perobal.pr.gov.br link: Licitações

9.2 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

9.3 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/EEEx.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00.



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, aos 21 de março de 2024.

ALMIR DE ALMEIDA

Prefeito Municipal



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –
PNAE

ANEXO I

MODELO DE PROJETO DE VENDA

Modelo proposto para os Grupos Formais

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE			
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº			
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES			
GRUPO FORMAL			
1. Nome do Proponente		2. CNPJ	
3. Endereço		4. Município/UF	
5. E-mail	6. DDD/Fone		7. CEP
8. Nº DAP Jurídica	9. Banco	10. Agência Corrente	11. Conta Nº da Conta
12. Nº de Associados	13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP Física
15. Nome do representante legal	16.CPF		17.DDD/Fone
18. Endereço		19. Município/UF	



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1.Nome da Entidade		2. CNPJ		3. Município/UF		
4. Endereço				5. DDD/Fone		
6. Nome do representante e e-mail				7. CPF		
III – RELAÇÃO DE PRODUTOS						
1.Produto		2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição*		5. Cronograma de Entrega dos produtos
				4.1. Unitário	4.2.Total	
1						
2						
3						
4						
5						
Obs.: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).						
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data:		Assinatura do Representante do Grupo Formal		Fone/E-mail:		



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –
PNAE

ANEXO I (continuação)

MODELO DE PROJETO DE

VENDA

Modelo Proposto para os Grupos Informais

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE						
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº--						
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES						
GRUPO INFORMAL						
1. Nome do Proponente			2. CPF			
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP		
6. E-mail (quando houver)			7. Fone			
8. Organizado por Entidade Articuladora () Sim () Não		9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		10. E-mail/Fone		
II – FORNECEDORES PARTICIPANTES						
1. Nome do Agricultor(a) Familiar		2. CPF	3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente
1						
2						
3						
4						
5						
6						



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

III- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade	2.CNPJ	3.Município
4. Endereço	5.DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail	7.CPF	

IV – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço de Aquisição* /Unidade	6.Valor Total
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
Obs.: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).				Total do projeto	

V – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1.Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto	6.Cronograma de Entrega dos Produtos
1					
2					
3					
4					
5					
6				Total do projeto:	
7					
8					

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:

Assinatura do Representante do Grupo Informal

Fone/E-mail:



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

Local e Data:		Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal	Assinatura
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –
PNAE

ANEXO I (continuação)

MODELO DE PROJETO DE VENDA (continuação)

Modelo Proposto para os Fornecedores

Individuais

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE		
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº--		
I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR		
FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL		
1. Nome do Proponente		2. CPF
3. Endereço	4. Município/UF	5.CEP
6. Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
9.Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS						
Produto		Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
				Unitário	Total	
1						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
Obs.: Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).						
III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
Nome		CNPJ			Município	
Endereço			Fone			
Nome do Representante Legal			CPF:			
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data:		Assinatura do Fornecedor Individual			CPF	



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –
PNAE

ANEXO II

Modelo de Contrato de Aquisição da Agricultura Familiar para o

PNAE CONTRATO N.º /20XX

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

A (nome da entidade executora), pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua _____, N.º _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) _____, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal ou fornecedor individual), com situado à Av. _____, n.º _____, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º _____, (para grupo formal), CPF sob n.º _____ (grupos informais e individuais), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 14.133/2021 e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº _____, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, semestre de 20XX, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública nºXX/20XX, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____.

a. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Energia	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
Valor Total do Contrato					

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
_____PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea “a”, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no §7º do artigo 57 da Resolução do FNDE que dispõe sobre o PNAE as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º _____/20XX, pela Resolução CD/FNDE n.º ____/20XX, pela Lei n.º 14.133/2021 e pela Lei n.º 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até _____ de _____ de _____.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de _____ para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

_____, ____ de ____ de ____.
(município)

CONTRATADO(S) (Individual ou Grupo Informal)

CONTRATADA (Grupo Formal)

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

À

Prefeitura Municipal de Perobal-PR

Agente de Contratação

Chamamento Público n.º....-2024

Pelo presente instrumento, a empresa/pessoa física, CNPJ/CPF nº, com sede/residente na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- DECLARO que atendo aos requisitos de habilitação;
- DECLARO que cumpro com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (no caso de pessoa jurídica)
- DECLARO que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- DECLARO que tomei conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- DECLARO que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: _____ Telefone:(.....)
- Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

..... de 2024.

Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO Secretaria municipal de Educação e Cultura

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de gêneros alimentícios diretamente de Agricultura Familiar para alimentação escolar no ano letivo de 2024, destinado à complementação do cardápio, atendendo as necessidades nutricionais previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Perobal – Pr.
- 1.2. Quantidade e valores em anexos.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.4. O Estudo Técnico Preliminar – ETP encontra-se em apêndice.
- 1.5. A análise de riscos encontra-se em apêndice
- 1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 20/2023 de 14 de março de 2023.
- 1.7. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado.
- 1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Fundamenta-se a contratação por intermédio do procedimento auxiliar, mediante credenciamento conforme art. 78 inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021, nas disposições da Resolução nº 06/2020 e na Lei federal nº 11.947/2009.
- 2.2. O procedimento licitatório será para incentivo e o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. Conforme a Lei federal nº 11.947/2009. Resolução 06 de 08 de maio de 2020.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [PCA] ano 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1 A alimentação na escola é fundamental para o rendimento escolar da criança, uma vez que ela aumenta a capacidade de concentração nas atividades e desenvolvimento cognitivo.
- 3.1.
- 3.2. No presente caso, a contratação exigirá não manutenção e assistência técnica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação deverá observar em relação dos itens solicitados.
- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação do art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, por tratar-se de produtos de pronta entrega.
- 4.4 O prazo de entrega do produto será de forma parcelada, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal conforme cronograma.



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 . O prazo de entrega do produto será de forma parcelada, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal conforme cronograma. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o produtor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que possa ser possível contato com outros fornecedores.

5.1. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Antonio Formagi Neto, 746 JD Imperial. Perobal – Pr. CEP: 87.538-000

5.2. Os gêneros alimentícios oriundos da contratação deverão ser entregues de acordo com cronograma a ser apresentado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes após a contratação, recebidos e armazenados na Central de Recebimento de Alimentos, em anexo a Secretaria Municipal de Educação, com distribuição para as escolas e CMEIs da rede municipal de educação.

5.3. O horário para recebimento das mercadorias será das 08h00min às 10h00min;

5.4. O setor de Alimentação Escolar enviará com 05 (cinco) dias úteis de antecedência ao 10h30min e das 13h00min às 16h00min;

5.5. O setor de Alimentação Escolar enviará com 05 (cinco) dias úteis de antecedência ao fornecedor, as quantidades dos produtos, tendo até 48 (quarenta e oito) horas para possíveis alterações como, cancelamento e/ou ajustes das quantidades solicitadas. Nos pedidos constarão dados como: o peso de cada embalagem, os produtos que deverão ser entregues e os dias das entregas;

5.6. O recebimento dos produtos será atestado através do termo de recebimento firmado pelo gestor da respectiva escola e fornecedor.

5.7. As mercadorias serão devolvidas no ato da entrega se não corresponderem à qualidade exigida no Edital, devendo ser feita a reposição no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) da entrega.

5.8. As verduras e legumes deverão ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado;

5.9. As hortaliças deverão estar frescas, inteiras, no ponto de maturação adequado para consumo;

5.10. As folhas deverão se apresentar intactas e firmes. Deverão estar isentas de:

- a) Substâncias terrosas;
- b) Sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
- c) Sem parasitas, larvas ou outros animais nos produtos ou embalagens;
- d) Sem umidade externa anormal;
- e) Isentas de odor e sabor estranhos;
- f) Isenta de enfermidades;
- g) Não deverão estar danificadas por lesões que afetem a sua aparência e utilização.

5.11. Os produtos adquiridos para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE deverão atender ao disposto na legislação que trata de alimentos, conforme art. 40, da Resolução nº 006/2020.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1. O objeto do contrato deverá ser recebido pelo representante da Entidade Executora, nos seguintes termos:



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

- a) Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da conformidade dos gêneros alimentícios recebidos com as especificações exigidas;
 - b) Definitivamente: após a verificação da compatibilidade dos gêneros alimentícios com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no
- 6.2. Edital e seus anexos, com a consequente aceitação, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar do recebimento provisório.
- 6.3. Por ocasião da entrega do gênero alimentício, será formalizada a emissão dos respectivos recibos, em que deverá constar data do recebimento provisório ou definitivo, a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.
- 6.4. Se a entrega do gênero alimentício ocorrer diretamente na escola, o recebimento deverá ocorrer por meio do responsável pela gestão da merenda na respectiva escola, sendo este o identificado no recibo, com nome completo legível e número da matrícula.
- 6.5. Fica assegurado à contratante o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os gêneros alimentícios entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a contratada obrigada a substituir ou complementar os itens irregulares, no prazo de até 24h (vinte e quatro) horas a contar da sua notificação, sem ônus para a contratante;
- 6.6. Salvo determinação em contrário, a substituição do gênero alimentício deverá ocorrer no local em que este foi entregue.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.6. Fiscalização
- 7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 7.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 021/2023, art. 20, VI);



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

7.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 021/2023, art. 20, II);

7.8.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 21/2023, art. 20, III);

7.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 021/2023, art. 20, IV).

7.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 021/2023, art. 20, V).

7.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 021/2023, art. 20, VII).

Fiscalização Administrativa

7.9. O fiscal administrativo do contrato deverá prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências (Decreto n.º 021/2023, art. 21, I)

7.10. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada; (Decreto n.º 021/2023, art. 21, II)

7.11. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras expedidas pelo Município. Decreto n.º 021/2023, art. 21, III)

7.12. Fiscal do contrato será o servidor Cecília Hitomi Kowata.

Gestor do Contrato

7.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 21/2023, art. 18, I, II).

7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 21/2023, art. 19, III).

7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa. (Decreto nº 21/2023, art. 19, IV).

7.16. O gestor do contrato manterá atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração. (Decreto nº 21/2023, art. 19, VIII).



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 21/2023, art. 19, VIII).

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20. Gestor do contrato será o servidor Alexandra de Jesus Marchi.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os produtos serão recebidos semanalmente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.10.1. o prazo de validade;
- 8.10.2. a data da emissão;
- 8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.10.5. o valor a pagar; e
- 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado pela tesouraria municipal mediante a emissão depósito bancário em conta corrente em favor da proponente em até 30 (trinta) dias, após respectivo empenho da despesa e desde que cumpridas todas as exigências.



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

Forma de pagamento

8.19. O pagamento será realizado de forma mensal por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO, sob a forma PRESENCIAL, visando a contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelada.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4. Habilitação jurídica:

9.5. Conforme art.34 da Resolução n.º 006/2020, deveram apresentar a seguinte documentação:

I - grupo formal: organização produtiva detentora de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica;

II - grupo informal: agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupos;

III - fornecedor individual: detentor de DAP Física. Art. 35 Para seleção, os projetos de venda (modelos no Anexo

VII) habilitados devem ser divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.

§ 1º Entende-se por local, no caso de DAP Física, o município indicado na DAP.

§ 2º Entende-se por local, no caso de DAP Jurídica, o município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs Físicas registradas no extrato da DAP Jurídica.

§ 3º Entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

II - o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

III - o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país; IV - o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

§ 4º Em cada grupo de projetos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s); 12/05/2020 RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2020 - RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972 13/27

b) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 4º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III - os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP); a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 4º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP Jurídica; b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

IV - Caso a EEx não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput e nos § 1º e § 2º; Art. 36 Para a habilitação dos projetos de venda, deve-se exigir: § 1º Dos Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda. § 2º Dos Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:

I - a prova de inscrição no CPF;

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;



MUNICIPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

§ 3º Dos Grupos Formais, detentores de DAP Jurídica:

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente; 12/05/2020 RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2020 - RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972 14/27

V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

VIII - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas

Qualificação Econômico-Financeira: Não será exigida por se tratar de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres.

Qualificação Técnica: Não será exigida por se tratar de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres.

9.6. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

9.7. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do TCE/PR;

9.8. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.10. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor e existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontadas no relatório de ocorrências da PGM.

9.11. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas fornecimento similares, dentre outros.



MUNICÍPIO DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ

9.12. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.13. Para fins de contratação, deverá observar os requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 138.700,00 (cento e trinta e oito mil e setecentos reais). Conforme custos unitários apostos na em anexo.

10.2. Para pesquisa de preços foi utilizados os parâmetros estabelecidos conforme art. 31 da Resolução n.º 006/2020, com base na realização de pesquisa de preços de mercado (modelo Anexo V da Resolução)

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

06.002.12.361.1450.2041 Manutenção da Merenda Escolar

182 / 3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Fonte: 111

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.